**ANÁLISE DAS RELAÇÕES GEOECONÔMICAS CHINA – MERCOSUL PÓS 2010**

Rafael Bernardo Silveira, IFC, [rafael.silveira@ifc.edu.br](mailto:rafael.silveira@ifc.edu.br)

Carlos José Espíndola, UFSC, [carlos.espindola@ufsc.br](mailto:carlos.espindola@ufsc.br)

Área Temática: Economia e política internacional

**INTRODUÇÃO:**

A atual organização institucional do Estado chinês, sob a denominação de República Popular da China, tem sua origem com a vitória da Revolução de 1949 sob a liderança do Partido Comunista Chinês – PCCh.

A industrialização que se seguiu durante o maoísmo foi extraordinária, tendo possibilitado um crescimento econômico exponencial nas primeiras décadas pós 1949, com a fatia da indústria no produto nacional avançando gradativamente sobre os demais setores.

Por meio das reformas que a partir de 1978 reintroduziram a milenar característica mercantil da cultura chinesa e promoveram inovações institucionais, o país iniciou um novo ciclo de desenvolvimento econômico ainda em curso, sem, entretanto, renunciar à gestão centralizada do poder político por meio do Partido Comunista Chinês.

Como resultado de tais avanços, a China alcançou em números absolutos o posto de segunda maior economia do mundo, atrás apenas dos EUA, e quando analisado através da Paridade de Poder de Compra já superou este.

Ao mesmo tempo em que promoveu o desenvolvimento econômico, teve a capacidade de criar uma classe média de aproximadamente 500 milhões de pessoas e retirar da pobreza extrema outros 800 milhões. Por meio da diplomacia comercial, a China se posicionou como o principal mercado fornecedor e consumidor de uma infinidade de produtos. Dentro desse processo, sua inserção geoeconômica e geopolítica no Mercosul tem crescido consistentemente.

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) é um projeto de integração regional conformado inicialmente por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai ao qual posteriormente se incorporaram a Venezuela e a Bolívia, sendo que a primeira encontra-se atualmente suspensa do bloco e a segunda em fase final de aceitação, dependente apenas da aprovação do Senado brasileiro.

Historicamente, tais nações possuem formações socioespaciais heterogêneas: população absoluta e composição étnica; posição espacial e acesso ou não aos oceanos Atlântico e Pacífico; relevo e riquezas minerais; assimetrias econômicas quantitativas e qualitativas; influência política regional e mundial, dentre outras. Apesar de tais diferenças, esse conjunto de nações buscou desde meados dos anos 1980 promover uma integração econômica, que a partir das mudanças de governos da região no início dos anos 2000, avançaria para um projeto de integração social e geopolítico mais amplo, buscando extrapolar o mero elemento econômico-comercial.

A institucionalização do Mercosul decorreu como aprofundamento do processo de integração entre Argentina e Brasil iniciado no ano de 1984 e que seria formalizado enquanto bloco por meio do Tratado para a Constituição de um Mercado Comum, ou apenas Tratado de Assunção, firmado em 1991.

A virada do século XX para XXI trouxe consigo a chegada ao poder dos presidentes Lula da Silva (Brasil) e Nestor Kirchner (Argentina), ambos empossados no ano 2003, o que promoveria uma viragem na linha política do bloco. Como uma das consequências, o processo de aprofundamento das relações do Mercosul e a busca por relações do Sul geopolítico levou a expansão e intensificação da integração do Mercosul, com a adesão de todos os demais países da América do Sul à condição de Estados associados e a formalização da Venezuela (2012) e Bolívia (2015) à condição de Estados partes (SILVEIRA, 2021).

Dessa forma, o objetivo principal deste trabalho é analisar o avanço das relações geoeconômicas que se desenvolvem entre a China e o Mercosul a partir do ano de 2010, recorte temporal em que há simultaneamente o auge geopolítico no “novo” Mercosul e o avanço da China enquanto potência econômica mundial, tendo suplantado os EUA enquanto primeiro parceiro comercial da região.

**METODOLOGIA:**

O desenvolvimento desta pesquisa decorreu através de trabalho teórico, utilizando- se dos procedimentos de investigação de pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. Assim, quanto aos procedimentos adotados, o trabalho se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica e documental. Realizada a recolha das informações, o material foi tratado seguindo a sequência: contextualização das variadas fontes – análise do material captado – síntese– considerações do autor.

**RESULTADOS E DISCUSSÃO:**

Relativamente ao processo integracional, o objetivo maior do Mercosul, como sua própria nomenclatura explicita, é a formação de um mercado comum, estágio ainda não alcançado pelo bloco, podendo-se considerar que hoje o Mercosul é uma união aduaneira incompleta.

Nas últimas duas décadas a China se consolidou como o principal parceiro econômico de países e blocos por todos os continentes do mundo, posicionando-se para além disso como o principal ou um dos principais investidores estrangeiros, incluso o Mercosul. Ao longo desse período, contudo, houve alterações nos objetivos setoriais de tais investimentos bem como no perfil dos produtos importados e exportados, em virtude das próprias políticas de planejamento do Estado chinês.

Como exemplo de tais investimentos, para nos concentrarmos apenas no caso brasileiro, entre 2007 e 2020 empresas chinesas efetivaram 176 empreendimentos no Brasil, com aportes que somam aproximadamente US$ 66 bilhões. Até 2020, o Brasil recebeu 47% dos investimentos chineses na América do Sul (RED ALC-CHINA, 2022).

Dos investimentos confirmados entre 2007 e 2020 na América do Sul, 48% foram direcionados ao setor de energia elétrica, seguido por extração de petróleo e gás (28%), extração de minerais metálicos (7%), indústria manufatureira (6%), obras de infraestrutura (5%), agricultura, pecuária e serviços relacionados (3%) e atividades de serviços financeiros (2%). Na região há 16 estatais centrais chinesas com investimentos ativos, são empresas estratégicas para o governo chinês e subordinadas ao Conselho de Estado. Essas estatais centrais respondem aproximadamente 80% do valor do estoque de investimentos chineses e por 40% do número de projetos. Esse alto percentual é explicado pela forte presença de investimentos nos setores de energia elétrica e extração de petróleo, áreas sobre controle Estatal direto ou indireto (CARIELLO, 2021).

De forma geral, os investimentos chineses no Mercosul (e na América Latina como um todo) mudaram de perfil a partir da década de 2010. Até 2010 estes estavam centralizados em commodities, especialmente extração de minério, petróleo e agricultura, que concentrava mais de 80% do investido. A partir desse momento há uma priorização para outros setores produtivos, como a geração de energia elétrica e indústria manufatureira (ROSITO, 2020). Para além destes setores, o setor financeiro também se tornou alvo de grandes bancos chineses, como Bank of China, ICBC, Bank of Communications e China Construction Bank.

O avanço dos investimentos chineses no Mercosul faz parte uma agenda mais ampla de investimentos estrangeiros colocada em prática pela China a partir de início deste século. Em 2001, em paralelo à entrada do país na Organização Mundial do Comércio (OMC), o então primeiro-ministro Zhu Rongji declarou, na Quarta Sessão da Nona Assembleia Popular Nacional (2001), que o governo deveria implementar uma estratégia de “going outside”, encorajando empresas com vantagens comparativas a investir no exterior com objetivo de explorar recursos naturais com parceiros locais, participar de projetos de engenharia e aumentar a presença da mão de obra chinesa em âmbito internacional. A liderança chinesa também buscava criar condições favoráveis para que as empresas nacionais pudessem estabelecer operações no exterior, ao mesmo tempo que reconhecia a necessidade de fortalecer a supervisão sobre esses investimentos de forma a evitar a perda de ativos estatais (CARIELLO, 2021).

A grande crise do sistema capitalista de 2008-2009 abriu uma janela de oportunidade para a China. Com os países do centro do sistema em depressão ou estagnação econômica, a China pode se posicionar definitivamente como uma potência econômica, ascendendo à posição de principal parceira comercial de países por todos os continentes e ampliando seu processo de inserção internacional, seja, pela via das trocas comerciais ou pelos investimentos produtivos.

Com a eleição de Xi Jinping para a presidência da China, a partir de 2013 se avança em uma nova agenda macroeconômica no país, tanto no plano doméstico como no exterior. Há a ascensão do projeto Belt and Road Initiative (BRI), também conhecido como a “novas Rotas da Seda”, uma proposta que busca a ampliação da interconexão global via investimentos, financiamentos e contratos de construção em setores que passam por infraestrutura, logística, comunicações, dentre outros. Até janeiro de 2021, cerca de 140 países já haviam assinado memorandos de entendimento para participar da iniciativa, que abarca nações da África Subsaariana, Europa e Ásia Central, Ásia Oriental e Pacífico, Oriente Médio, Norte da África, América Latina e Caribe e Sudeste Asiático (NEDOPIL, 2021).

Registro importante é que Argentina e Brasil, as duas principais economias do bloco, acabaram por ficar à margem da inserção do projeto Belt and Road Initiative, especialmente por conta das opções políticas dos governos que assumiram entre 2015 e 2016, que preferiram voltar a priorizar as relações econômico-políticas com o norte geopolítico. Tal fato evidencia-se de forma absolutamente inconteste a partir do retorno do peronismo progressista na Argentina com a eleição de Alberto Fernandéz, que rapidamente tratou de buscar a inclusão do seu país no projeto, em oposição ao período de gestão do ex-presidente Maurício Macri.

Na sequência de anos de crescimento acelerado, os investimentos não financeiros chineses no exterior bateram um recorde histórico em 2016, com aportes que somaram aproximadamente US$ 170 bilhões, foi o primeiro ano que o fluxo de investimentos da China no exterior superou a entrada de aportes de origem externa no país (MOFCOM, 2023).

O momento de euforia que levou ao pico de investimentos chineses no exterior em 2016 gerou preocupações entre as autoridades do país, que perceberam uma grande fuga de capitais em empreendimentos de risco, os chamados “investimentos irracionais”. Dessa forma foi estabelecido pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma um marco regulatório para classificar e aprovar os investimentos no exterior em três grupos: investimentos encorajados pelo governo; investimentos com restrições; e, setores proibidos (HUANG; LE, 2018).

A partir desse novo marco regulatório há uma leve queda dos investimentos chineses no exterior a partir do ano de 2017, mas que não podem ser atribuídos exclusivamente à tal regramento. Há uma série de eventos que decorrem desde então: a guerra comercial entre EUA e China iniciado pelo ex-presidente Donald Trump, a pandemia do Covid-19 e por fim a operação especial militar da Rússia na Ucrânia.

Os investimentos na Belt and Road Initiative foram, contudo, uma das exceções à regra. De acordo Ministério do Comércio da China (2022) os aportes não financeiros na nova Rota da Seda cresceram 18,3% entre 2019 e 2020, respondendo por 16,2% dos investimentos da China no exterior naquele ano, que foi o período de maior estagnação econômica em virtude da Covid-19.

Relativamente ao comércio bilateral China – Mercosul, tal qual os investimentos, foram crescentes desde o início do século XX. No ano de 2003, quando a China havia ainda recém entrado na OMC e o Mercosul passava pelo processo inicial de reconfiguração política, a China era um parceiro econômico de importância mediana. Naquele ano as exportações do bloco para a China atingiram aproximadamente US$ 7.1 bilhões, representando 7,6% das exportações extrabloco, atrás do então dominante EUA como principal destino das vendas mercosulinas. No mesmo ano, as importações foram da ordem de aproximadamente US$ 3.1 bilhões, representando apenas 6% das compras extrabloco e posicionando o país atrás dos EUA e Alemanha (MERCOSUL, 2023).

Ao longo do período 2003 – 2012, que coincide com o período de hegemonia dos governos progressistas no Mercosul e na América Latina na sua generalidade, o comércio bilateral China – Mercosul foi crescente. Nesse período temporal, que se ressalte, é prévio a chegada de Xi Jinping à liderança chinesa, as trocas entre China e Mercosul atingiram US$ 130 bilhões, crescendo a uma taxa anualizada de 31% entre 2001 e 2012 (MERCOSUL, 2023).

No ano de 2009, as exportações do Mercosul para a China chegariam à ordem de US$ 25 bilhões, representando 13,6% das vendas extrabloco, suplantando os EUA enquanto principal destino. No ano seguinte a China ultrapassaria os EUA também como principal fornecedor do bloco, ao alcançar a soma de US$ 37 bilhões vendidos para o bloco, que representaram 17,5% do total daquele ano. A partir desse ponto até os dias atuais a China consolidou e ampliou sua participação como principal parceiro comercial do Mercosul ano após ano.

A partir do ano de 2012, salvo o período entre 2014 e 2016, as trocas comerciais entre China e Mercosul foram crescentes em números absolutos e relativos. No ano de 2012, já consolidada como principal parceiro comercial do bloco, a China era o mercado destino de 16,4% das vendas extrabloco, ao passo que detinha 18,2% das importações realizadas pelo Mercosul. Mesmo no período entre 2014 e 2016, quando há uma queda dos valores absolutos negociados entre a China e o bloco, o percentual da participação chinesa foi crescente, atingindo 21,8% das vendas e 18,6% das compras (MOFCOM; MERCOSUL, 2023).

No ano de 2017 o comércio bilateral chegou próximo de alcançar a marca dos US$ 100 bilhões. Naquele ano as importações mercosulinas oriundas da China foram da ordem de 44.36 bilhões, representando aproximadamente 22% do comércio extrabloco. No mesmo ano o Mercosul exportou para a China US$ 53.34 bilhões, ou 21,3% do total das exportações do bloco.

Os anos de 2016 e 2017 também foram os de consolidação de uma balança comercial crescentemente positiva do bloco nas suas transações com a China, ao passo que entre 2010 e 2015 decorreram pequenas oscilações da balança comercial, ora levemente positiva e outros momentos levemente negativa, a partir de 2016 se verifica em todos os anos um saldo positivo crescente em favor do Mercosul.

No ano de 2021 o comércio bilateral ultrapassou os US$ 160 bilhões, as importações mercosulinas oriundas da China foram da ordem de 65.48 bilhões, representando aproximadamente 25% do comércio extrabloco. No mesmo ano o Mercosul exportou para a China US$ 96.69 bilhões, ou 28,5% do total das exportações do bloco (MERCOSUL, 2023)..

Realizando uma análise geral do crescimento desde o ano de 2012, a participação chinesa nas compras do bloco quase dobrou, passando de 16,4% para 28,50%. Relativamente as importações do Mercosul oriundas da China o crescimento proporcional foi de 18,2% para 25,2% do total de compras extrabloco (MERCOSUL, 2023). .

Retornado à questão do crescente saldo comercial positivo para o Mercosul nas trocas comerciais, é importante se observar as condicionantes postas, em especial o fato que ao longo do período em tela, somente nos anos de 2013 e 2014 – período de grande retração no mercado de commodities e início de uma longa crise política no Brasil, a balança comercial do Mercosul foi negativa. Em todos os demais anos – inclusive o de 2020 no momento mais delicado da pandemia de Covid-19, o bloco gerou excedentes nas suas trocas com o restante do mundo.

CONCLUSÕES:

Argumenta-se sobre o extraordinário processo de transformação econômica e social que a República Popular da China desenvolve desde sua revolução socialista de 1949, processo esse que à elevou de um país semifeudal à disputa pela condição de primeira economia mundial. Note-se que em paralelo ao desenvolvimento econômico, o país teve a capacidade de retirar toda sua população da linha da pobreza extrema, conformando ainda uma classe média composta por mais 500 milhões de pessoas.

Demonstra-se que o Mercosul sofreu uma profunda transformação a partir do início do século XXI, originada por um conjunto de fatores: a eleição de governos de progressistas com agenda integracionista; conjuntura econômica externa favorecendo as exportações de produtos da região; conjuntura econômica interna de diminuição das desigualdades e aumento do poder de compra das classes trabalhadoras; ação indutora do Estado na economia; e, por fim a ascensão da China enquanto potência global.

Sintetiza-se que apesar de pontuais altos e baixos em termos numéricos, os investimentos chineses no Mercosul foram crescentes e consistentes no período analisado, e, que a partir do projeto BRI se abre uma nova janela de oportunidades para parcerias produtivas entre o bloco e a China.

Por fim, é necessário destacar que embora o Mercosul se perfile entre os primeiros doze parceiros comerciais da China, em termos relativos é grande a disparidade da penetração chinesa do Mercosul em face da abrangência mercosulina no mercado chinês.

PALAVRAS-CHAVE: China. Mercosul. Geoeconomia. Geopolítica. Relações internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CARIELLO, T. Crescimento econômico qualitativo, inovação e meio ambiente estarão no centro do desenvolvimento chinês entre 2021 e 2025. **Conselho Empresarial Brasil - China**. CEBC Alerta, ed. 137, mar. 2021.

MERCOSUL . **O Mercosul**. Assunção, (20220. Disponível em <https://www.mercosur.int> . Acesso em: 19 mai. 2022.

MERCOSUL. **Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior**. Assunção, (2023). Disponível em <https://estadisticas.mercosur.int> . Acesso em: 12 mar. 2023.

MINISTRYOFCOMMERCE,PEOPLE’SREPUBLIC OF CHINA. MOFCOM **Department Official of Outward Investment and Economic Cooperation** . Disponível em: <http://english.mofcom.gov.cn/> . Acesso em: 12 mar. 2023.

NEDOPIL W. C. China’s Investments in the Belt and Road Initiative (BRI) in 2020. **Green BRI Center, International Institute of Green Finance (IIGF)**, Pequim, jan. 2021. Disponível em: [https://green-bri.org/wp-content/uploads/2021/01/China-BRI- Investment-Report-2020.pdf](https://green-bri.org/wp-content/uploads/2021/01/China-BRI-%20Investment-Report-2020.pdf) . Acesso em: 12 mar. 2023.

RED ALC-CHINA. Cuadros estadísticos de la OFDI de China. Disponível em: http:// [www.redalc-china.org/](http://www.redalc-china.org/) . Acesso em: 12 mar. 2023.

OSITO, T. Bases para uma estratégia de longo prazo do Brasil para a China. **Conselho Empresarial Brasil-China**, out. 2020. Disponível em: [https://www.cebc.org.br/2020/11/26/bases-para-uma-estrategia- de-longo-prazo-do-brasil-para-a-china/](https://www.cebc.org.br/2020/11/26/bases-para-uma-estrategia-%20de-longo-prazo-do-brasil-para-a-china/) . Acesso em: 12 mar. 2023.

SILVEIRA, R. B. **Parlamento do Mercosul: gênese, avanços e recuos e a influência na superestrutura do Mercosul**. 2021. 416 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

WORLD BANK. Databank: World Development Indicators. Washington, DC, [2021]. Disponível em <https://databank.worldbank.org> . Acesso em: 12 mar. 2023.